

RACIONALIZAÇÃO E MODERNIDADE EM MAX WEBER

Matêus Ramos Cardoso¹

RESUMO: Max Weber analisa a realidade moderna e argumenta que a racionalização existente nas sociedades modernas recebeu grande influência da Ética Protestante. Contudo, a racionalização perde suas bases religiosas, e passa a existir dando às esferas da vida uma legalidade própria, uma coerência interna, sem depender dos postulados de cunho religioso. Assim, o ponto de chegada é uma humanidade racionalizada, que busca se despojar dos “deuses e demônios” que outrora habitavam a realidade, buscando agir sem qualquer resíduo que venha de concepções misteriosas e incalculáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber. Racionalização. Ética Protestante.

ABSTRACT: Max Weber analyzes the modern reality and argues that existing rationalization in modern societies was strongly influenced by Protestant Ethic. However, the rationalization loses its religious foundations, and shall be giving walks of life an own legality, internal coherence, without relying on the tenets of a religious nature. So the point of arrival is rationalized humanity that seeks to strip the "gods and demons" who once lived reality, seeking to act without any waste that comes from mysterious and incalculable conceptions.

KEY-WORDS: Max Weber. Rationalization. Protestant Ethic.

INTRODUÇÃO

Segundo Max Weber a característica fundamental da modernidade ocidental é a racionalização. Mas o que realmente seria a “racionalização”, e mais ainda o “processo de racionalização”? É preciso rastrear nas obras de Weber onde, e de que maneira o autor alemão apresenta o acontecimento da racionalização, e, assim, poder dizer o que ela significa. Max Weber sustenta que o processo de racionalização é uma tendência de fundo que atua com mais rigidez nas sociedades

¹ Bacharel em Filosofia – Unifebe – Pós-Graduado em Ética e Filosofia – Instituto Pro Minas - Pós-Graduado em Ciências da Religião pela Universidade Cândido Mendes, RJ. Professor de Filosofia na E.E.M Macário Borba, Sombrio-SC. E-mail: teus33@yahoo.com.br

ocidentais modernas. Para tanto, é necessário uma compreensão maior, no intuito de fornecer um panorama inicial desse processo. Com as religiões se pôde perceber a origem desse processo, o que possibilitou perceber que o movimento da racionalização está em várias culturas, mas com diferentes direções.

O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

Na obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” o pensador argumenta que no oriente existiu apenas um germe da racionalização em contraposição ao ocidente. Vários eram os campos em que lhes faltavam uma sistematização enquanto embasamento racional. Assim, vê-se que “... à astronomia na Babilônia e nas outras civilizações faltava - o que torna mais espantoso o seu desenvolvimento – a fundamentação matemática que lhe foi dada pela primeira vez pelos gregos. Faltava à geometria da Índia a prova racional; foi este outro produto do intelecto grego também o responsável da mecânica e da física.” (WEBER, 2005, p. 7). E ainda: “Maquiavel, certamente, teve precursores na Índia, porém em todas as teorias políticas indianas faltava um método sistemático comparável ao de Aristóteles inexistindo conceitos racionais.” (WEBER, 2005, p. 7). Assim, ele vai comparando as civilizações:

Havia, na China e países islâmicos, escolas superiores de todas as espécies, inclusive algumas superficialmente semelhantes às nossas universidades ou, pelo menos, às nossas academias. Mas um tratamento racional, sistemático e especializado da ciência por especialistas treinados, em um sentido que se aproximasse de seu papel de domínio na cultura contemporânea, só existia no ocidente. (WEBER, 2005, p. 8).

É exatamente através da comparação que ele busca compreender a peculiaridade específica do racionalismo ocidental. É válido notar que “... a questão central da sociologia de Weber é mostrar como se dá o processo da racionalização no ocidente (da qual o capitalismo é a maior expressão), fato que não acontece no Oriente. (SELL, 2002, p. 118). Agora se pode lançar a questão fundamental para esta pesquisa: “Por que lá o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico não enveredou pelo mesmo caminho da racionalização que é peculiar ao ocidente?”(WEBER, 2005, p. 13)”. “Por que

apenas no ocidente moderno nós temos a vitória do racionalismo”? (SELL, 2002, p. 118). Responder a tais questões significa entrar nas características específicas da ética protestante, e acima de tudo, fazer isto significa dar um passo a mais para clarificar o que ele queria dizer com racionalidade e processo de racionalização e as suas direções. A direção tomada deste processo não mais tem ligação com a religião, e o intuito deste capítulo é de analisar como se dá, na perspectiva weberiana, o ponto de chegada, a saber, um mundo racionalizado.

RACIONALIZAÇÃO E MODERNIDADE

Compreender a racionalização é também compreender o mundo moderno, segundo Weber, pois, para ele, existe uma relação entre ambos os aspectos, uma vez que os frutos da modernidade como o capitalismo, o estado, são racionalizados. Enfim, para este autor, a marca da modernidade é a racionalização. A partir daquilo que até aqui foi abordado e, como impulso para o restante da pesquisa, é preciso ter em mente o que o autor alemão entende por racionalização:

Temos de lembrar-nos, antes de qualquer coisa, que “racionalismo” pode significar coisas bem diferentes. Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos. O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Esses tipos de racionalismo são muitos diferentes, apesar do fato de que em última análise estão inseparavelmente juntos. (WEBER, 1982, p. 337).

E ainda: ““Racional” pode significar uma “disposição sistemática”. Nesse sentido os métodos seguintes são racionais: métodos de asceticismo mortificatório ou mágico, de contemplação em suas formas mais coerentes...” (WEBER, 1982, p. 338). Ou seja, são formas de se definir a racionalização. Assim, ela pode ser entendida como uma ação sistemática e metódica como é a ação do protestante no seu trabalho, quer dizer, tem-se um objetivo a alcançar e se age metodicamente para chegar a ele. Mas, no mundo estritamente racionalizado, é com o ser humano capitalista e o político que há a demonstração de como se dá esse processo na

modernidade, sem que se recorra a qualquer base religiosa para suas ações, ou seja, há uma “... ausência de toda metafísica religiosa e de quase todos os resíduos de ligação religiosa...” (WEBER, 1982, p. 337). E assim, a realidade moderna cada vez mais se racionaliza. É neste sentido que esta pesquisa se direciona. Max Weber não entendia o conceito de racionalização como um movimento pertencente a um progresso universal, como se a razão proporcionasse uma verdadeira justiça, verdadeira virtude.

As indicações para isso já foram sinalizadas, mas, cabe aqui ressaltar, que ele não concebia a razão e especialmente a razão científica, de forma totalmente positiva, como uma libertação do ser humano no sentido de ser ela uma última etapa da evolução humana. Não era deste modo que ele via a racionalização. Na verdade a sua preocupação está em analisar o mundo moderno, mostrando como a racionalização ocorreu, sem ter a pretensão de dizer que a cultura moderna seja melhor do que a medieval, uma vez que sua busca está em apenas descrever esse processo, porque, sendo ele um partidário da neutralidade axiológica, sua posição não poderia ser outra. O pensador alemão busca apresentar como a conduta humana se tornou mais sistemática, entendida também como uma dominação do mundo exterior. Acima de tudo, as formas de domínio da realidade, como a arte, a política, a moral, racionalizam-se. Cabe aqui apresentar de que forma isso acontece, mostrando a relação entre modernidade e racionalização, e de que forma a racionalização, que possui várias dimensões, afeta o ocidente.

PECULIARIDADE DO RACIONALISMO OCIDENTAL

A racionalização pode ser entendida como a ação do ser humano que se torna racionalizada, uma vez que este pode fazer uso dos meios técnicos da ciência para realizar suas ações, e sua ação se torna efetiva, uma vez que ele racionaliza seus próprios passos, usando dos meios técnicos que tem a disposição, como a estatística, a probabilidade, etc. O ser humano ocidental pode decidir sobre os meios mais adequados para calcular os efeitos colaterais, bem como as repercussões de sua ação, tudo racionalmente. Assim, a vida se torna racionalizada, e da mesma forma as dimensões da vida, o que singulariza a civilização ocidental.

Contudo, a racionalização só se torna uma característica definitiva da ação num mundo moderno, na medida em que se incorpora às instituições e interpretações culturais e as estruturas da personalidade. Esta última está registrada na passagem do protestante ao capitalista. Enquanto um agia sob o manto das ordens divinas, com seu trabalho organizado racionalmente, o outro age sem qualquer base religiosa, restando somente a racionalização do trabalho, assim ocorre com o ser humano político, e com as esferas da vida, por exemplo. Portanto, o termo racionalização é utilizado para se designar o processo através do qual acontece essa incorporação. A intenção aqui é começar essa análise pelo modo como a racionalização se incorporou à cultura.

RACIONALIZAÇÃO DA CULTURA

Weber descreve como a racionalização penetrou na cultura através das esferas de valor. Tais esferas, racionalizadas, caracterizam-se por serem autônomas, não dependendo mais de fundamentos religiosos, uma vez que cada esfera é concebida diferenciadamente uma da outra: “Cada esfera de valor, ao se racionalizar, se justifica por si mesma: encontra em si sua própria lógica interna – uma legalidade própria...” (PIERUCCI, 2003, p.138). Não mais existe uma hegemonia religiosa, uma vez que em muitos momentos da história ela foi promotora de cultura, de forma exclusiva, o que há é uma fragmentação da realidade: “A divisão tornou-se habitualmente mais ampla na medida em que os valores do mundo foram racionalizados e sublimados em termos de suas próprias leis.” (WEBER, 1982, p. 379). Mas, não somente isso. Quanto mais estas esferas se autonomizam, mais elas entram em conflito com a esfera religiosa.

Assim, cada esfera de valor passa a se emancipar, fragmentando a visão unitária tão cara à visão de mundo metafísico-religiosa, acontecendo um processo de auto-reflexão onde cada esfera de valor progride com base em princípios que lhe são peculiares. Ocorre, então, “... uma diferenciação das esferas de valor cognitivo, prático e estético.” (INGRAM, 1993, p.69). E é a análise dessas esferas o alvo da pesquisa a ser feita agora.

A ESFERA INTELECTUAL

O conhecimento racional segue suas normas autônomas, que nada tem a ver com os postulados de uma ética religiosa, mesmo que esta busque ser uma ética racional, ou seja, ser metodicamente racional. A legalidade interna desta esfera entra em tensão com a esfera religiosa na medida em que esta última atribui à realidade um sentido unitário; e a esfera cognitiva, independente, postula-se como a única que pode oferecer uma visão de mundo, e uma visão racional: “Não obstante, ela, em nome da “integridade intelectual”, arrogou-se a representação da única forma possível de uma visão racional do mundo.” (WEBER, 1982, p. 406).

Segundo Weber, com a intelectualização se busca, através da posse de cultura, dominar cada vez mais a realidade de forma teórica. E a ciência, como grande expressão da esfera intelectual, é o exemplo disso. Ela, tornando-se autônoma, livra-se dos laços que a prendiam à religião, o que fez com o que o saber científico pudesse dominar com mais força e de forma mais organizada e sistemática os processos empíricos, o que leva a uma objetivação da natureza, na tentativa de explicar a realidade de forma racional. Portanto, a esfera cognitiva se diferencia: “O poder de explicação da ciência é apenas a manifestação mais brilhante da especialização e da diferenciação racional.” (INGRAM, 1993, p. 73). Com isso, o que se pode perceber é o efeito liberatório realizado pela racionalização, sendo que os cientistas, e todo tipo de pesquisador estão livres para trabalharem nos seus campos de trabalho sem que haja sobre eles o peso das limitações apresentadas pela religião. A ciência se amplia, bem como a capacidade de dominação instrumental dos processos naturais, o que possibilita a esta esfera tornar a natureza cada vez mais suscetível de inúmeras experimentações.

A ESFERA NORMATIVA

Weber identifica o processo de racionalização que também se manifesta na esfera moral. Seguindo, num certo sentido a mesma linha do tópico anterior, há uma separação das idéias morais e princípios das idéias morais e princípios religiosos, quer dizer, há uma independência dos valores decorrentes da tradição religiosa, caracterizando-se em uma ética formalista. Ocorre que tal movimento

leva a uma consciência moral centrada no eu, e o exemplo disso é a moral de responsabilidade, no qual o indivíduo deve antes se questionar acerca das consequências das ações e decisões que pretende tomar:

A ética de responsabilidade (*Verantwortungsethik*) é aquela que o homem de ação não pode deixar de adotar; ela ordena a se situar numa situação, a prever as consequências de suas possíveis decisões e a procurar introduzir na trama dos acontecimentos um ato que atingirá certos resultados ou desejará certas consequências que desejamos. A ética de responsabilidade interpreta a ação em termos de meios-fins. (ARON, 2002, p. 765).

A natureza dessa ética está em buscar uma eficácia, definindo-se pela escolha dos meios adaptados aos objetivos. A moral de responsabilidade entra em conflito com a ética de convicção, pois esta última diz que o indivíduo deve permanecer fiel às suas concepções e valores, independente das consequências práticas que isso possa ter, buscando “... simplesmente agir de acordo com sua consciência...” (ARON, 2002, p.768). Para tanto, Weber exemplifica com a imagem do pacifista absoluto (moral de convicção) e com a imagem do sindicalista revolucionário (moral de responsabilidade). Diante de uma situação de guerra, o pacifista convicto, recusa-se a portar armas e a ter de matar alguém, pois age tendo em vista as regras do evangelho, cumprindo, assim, o seu dever. Tal recusa aos olhos do sindicalista revolucionário é ineficiente, uma vez que aquele que segue a moral de convicção não segue outra voz que não seja a da sua consciência, sem ter a pretensão de mudar uma realidade. Todavia, sua pretensão é ser fiel à sua convicção. Contudo, não se pode negar que a moral de responsabilidade se inspire em convicções, mesmo que se direcione, acima de tudo, para uma eficácia da ação.

Assim, com a moral de responsabilidade se demonstra que esta esfera se torna cada vez mais independente. Pois, antes a moral estava ligada a uma moral de caráter interior da comunidade religiosa. Contudo, quando racionalizada essa esfera, ela surge não mais restrita a uma comunidade religiosa e suas doutrinas. Aqui ela é absorvida pelo indivíduo, permitindo a condução racional da vida, como por exemplo, a do capitalista, pois, ele age não mais sob a orientação ética de um Deus carregado de valores morais, mas age puramente de forma racional, de forma metódica no trabalho, sem uma ética protestante, restando apenas o espírito do capitalismo.

A ESFERA ESTÉTICA

Também aqui o ponto de partida foi à concepção religiosa, uma vez que havia uma relação muito íntima entre religião e estética:

... a religião tem sido fonte inesgotável de oportunidades de criação artística, de um lado, e de estilização pela tradição, do outro. Isso se evidencia em vários objetos e processos: ídolos, ícones e outros artefatos religiosos; (...) nos templos e igrejas, como as maiores de todas as edificações, com sua tarefa arquitetônica estereotipada. (WEBER, 1982, p. 390).

Contudo, a arte experimenta o processo de racionalização adquirindo uma coerência interna que a torna autônoma em relação ao mundo religioso. As artes plásticas, a música, institucionalizam-se, libertando-se dos elementos religiosos, a esfera estética adquire consciência de sua especificidade como atividade humana.

Nessas condições, a arte torna-se um cosmo de valores independentes, percebidos de forma cada vez mais consciente, que existem por si mesmos. A arte assume uma função de salvação neste mundo, não importa como isso possa ser interpretado. Proporciona uma *salvação* das rotinas da vida cotidiana, e especialmente das crescentes pressões do racionalismo teórico e prático. (WEBER, 1982, p. 391).

Aqui, o pensador alemão percebe a racionalização da esfera estética a tal ponto que a música, expressão importante da arte, quase se equivale à religião, oferecendo uma espécie de salvação, sendo que ela oferece uma saída às pressões cotidianas, especialmente às pertencentes a modernidade.

Toda vez que as esferas se autonomizam, elas entram em conflito com as esferas religiosas, e a arte é uma boa demonstração disso. Porque, tendo ela o intuito de possuir uma função redentora, ela entra em tensão diretamente com a religião, uma vez que começa a competir com ela. E a ética religiosa, quando entra neste tipo de conflito, volta-se contra esse tipo de salvação oferecida pela música, que aos olhos da religião é uma salvação mundana. Uma vez que o mundo, como bem lembra a ética protestante, é o local do pecado, e, portanto, deve-se transformá-lo, de modo algum poderia oferecer por si uma salvação, porque quem a oferece é um Deus-supramundano. E toda vez que há uma acentuação desta

visão de Deus fora do mundo, muito mais a visão religiosa é negativa em relação à arte: “Quanto mais a religião ressaltou a supramundandade de seu Deus, ou a ultramundandade da salvação, tanto mais duramente foi rejeitada a arte.” (WEBER, 1982, p. 393). E ainda: “A arte torna-se uma “idolatria”, uma força concorrente, e um embelezamento enganoso; e as imagens e a alegoria dos assuntos religiosos surgem com blasfêmia.” (WEBER, 1982, p. 392). A arte, aos olhos da religião, de modo algum poderia chegar a oferecer uma salvação, mas, quando ela sofre o processo de racionalização, é a isso que ela se propõe.

RACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A racionalização social é vista por Weber como a especificação da economia capitalista, possuindo um caráter somente encontrado somente no ocidente:

Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa de preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana. (WEBER, 1982, p. 379).

Ocorre que, como uma das principais características dessa direção que a racionalização toma, dizendo respeito ao fato de que, quanto mais a economia capitalista é regida por leis próprias, independentes de qualquer base ética religiosa, mais se afasta da esfera religiosa. E isso ocorre, acima de tudo, quanto mais se racionaliza a economia, e uma das faces desse processo na economia é o caráter impessoal que é próprio do capitalismo, sendo que o dinheiro é o grande elemento abstrato e impessoal. Há, portanto, uma nova organização na economia, sendo que no capitalismo moderno ocorre o ajustamento dos lucros ao investimento, e isso é realizado com base nas operações racionais do cálculo, que é de fato muito importante, porque ele é a base para as transações comerciais das empresas capitalistas com seus sistemas financeiros.

Para Max Weber, o capitalismo é a realização da satisfação das necessidades de um grupo humano, ou de vários grupos humanos, onde tal

satisfação tem caráter lucrativo, que é realizado através de empresas. Embora existissem “inícios” do capitalismo em diversos períodos da história, é somente no ocidente que há “... a satisfação das *necessidades cotidianas*, baseada em técnicas capitalista...” (WEBER, 1974, p. 126). Acima de tudo, a técnica capitalista que demonstra uma economia racionalizada é a contabilidade racional, ou seja, tudo é contabilizável ao máximo, e isso significa dizer também que tudo é mecanizado, tudo se contabiliza no intuito de possuir uma efetividade, aproximando-se assim, do rendimento de uma máquina. Daí dizer “tudo é mecanizado”.

A grande característica dessa esfera, ao sofrer a racionalização, é a de existir uma organização racional do trabalho, que pode ser entendida como burocracia racional, uma divisão racional dos trabalhos de modo a torná-los mais eficazes. Eis o que faltava em outros períodos da história. Pois, o cálculo, elemento importante a essa esfera, possibilita o funcionamento da economia onde se possa calcular racionalmente com normas fixas e gerais, com exatidão: “É verdade que um dos princípios da técnica racional consiste em se obter maior eficácia possível com menos meios.” (FREUND, 1987, p. 119). Mas, a questão da técnica só se relaciona com a economia quando se levanta a questão da raridade e do custo, por exemplo, quando se pergunta se haveria a possibilidade de se obter platina em quantidade suficiente, e se haverá meios financeiros para pagar tal investimento. A natureza da burocracia, como característica do capitalismo, possui um elemento já mencionado, a saber, a impessoalidade, mas, que precisa ser aprofundado, uma vez que na economia racionalizada existe a exigência da calculabilidade de resultados. Contudo, para seguir essas regras calculáveis, existem implicações, pois, quanto mais tais regras calculáveis ganham espaço na modernidade, menos há espaço para as dimensões pessoais do ser humano, caracterizando para Max Weber, como uma especificidade da burocracia de tipo racional:

Sua natureza específica, bem recebida pelo capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é “desumanizada”, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial. (WEBER, 1982, p. 251).

Isso ocorre sempre mais quanto mais a cultura moderna caminha para uma especialização, o que leva a possuir, na sua estrutura, a existência de um perito, que por sua vez, seja despersonalizado e rigorosamente objetivo, substituindo o caráter das velhas organizações pessoais, que eram carregadas de preferências pessoais, como gratidão, graça, pelo caráter objetivo das tarefas: “O cumprimento “objetivo” das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo *regras calculáveis* e “sem relação com pessoas”.” (WEBER, 1982, p. 250).

Outra característica importante numa economia racionalizada é a liberdade de mercado e a liberdade de trabalho. A primeira diz respeito ao fato de que os indivíduos que vendem seus produtos o façam sem que exista qualquer tipo de restrições, o que seria considerado uma “... irracional limitação do comércio...” (WEBER, 1974, p. 126). Aliam-se a essas características, a propriedade autônoma das empresas, possuindo terrenos, aparelhos, máquinas, etc. Outro ponto nodal do capitalismo racional é o desejo do lucro, não em si, uma vez que tal desejo sempre esteve presente em outras culturas, segundo Weber, mas a grande característica do capitalismo, na modernidade, está na forma como ele foi buscado, a saber, racionalmente.

A ânsia do lucro ocorre nas empresas capitalistas que possuem estruturas racionais, sendo que elas pretendem eliminar todo obstáculo para a busca do lucro, não existindo nem mesmo barreiras de cunho religioso, como questões éticas. Pois, o cálculo penetra até mesmo nas relações da comunidade familiar, onde tudo se calcula, eliminando qualquer possibilidade de se viver num regime comunista, e isso significa dizer mais uma vez “*não existir limitação para o lucro*”: “O resultado é a economia regulada com um determinado campo de ação para o afã do lucro.” (WEBER, 1974, p. 172). Mais uma vez pode se usar o exemplo do protestantismo. A diferença é que, nas empresas modernas, o capitalismo tem sua base religiosa eliminada, ou seja, “A raiz religiosa do homem moderno extingui-se.” (WEBER, 1974, p. 179). Nessa economia não há mais qualquer resíduo de sentimento religioso, o que marca para Weber o fim de um capitalismo racional moderno sob bases religiosas:

A ética econômica nasceu do ideal ascético; todavia, perdeu o sentido religioso. Foi possível que a classe trabalhadora tivesse se

conformado com a sua sorte, enquanto se pôde prometer-lhe a bem-aventurança eterna. Mas, uma vez desaparecida a possibilidade deste consolo, tinham que se revelar os contrastes registrados numa sociedade que como a nossa se acha em pleno crescimento. Com isso, atinge-se o fim do protocapitalismo e se inicia a era de ferro do século XIX. (WEBER, 1974, p.180).

O ESTADO RACIONAL

Quando Weber fala sobre o estado, ele dá mais uma demonstração da singularização ocidental, pois, o estado racional surge somente no ocidente. A racionalidade instaurada no mundo moderno no âmbito do estado, tem como elemento fundamental a sua organização num sistema tributário centralizado, no monopólio da legislação e da violência, e, acima de tudo, numa administração burocrática racional. Esta última constituindo uma base forte do estado moderno se caracteriza por possuir funcionários especializados que realizam as atividades inerentes a ordem estatal, uma vez que o funcionalismo se torna uma força de trabalho profissional e com um grande nível de especialização, e eles possuem importantes funções mediante a exigência da vida social. Mas, antes, é preciso ampliar um pouco mais o significado da burocracia racional.

A burocracia está para se referir a maneira de como se organiza, por exemplo, o estado. A burocracia racional implica na existência de serviços definidos, que são determinados por leis, e tais serviços são divididos de forma nítida, assim como são os poderes de decisão que servem para a execução das tarefas pertencentes à exigência do estado. Para a realização de tais funções há uma hierarquia, uma estruturação em serviços de instância superior e inferior. Todavia, nenhum daqueles que seja um funcionário, tem a possibilidade de ser dono de seu cargo. E cada qual é remunerado através de um salário fixo. Mais uma vez se pode fazer menção da imagem da máquina, uma vez que a burocracia racional busca possuir efetividade nas organizações, bem como velocidade, clareza, precisão, o que leva a uma superação em comparação com outras formas de organização:

A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente

desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção. (WEBER, 1982, p. 249).

Toda essa caracterização vale somente ao estado moderno, uma vez que o fenômeno da burocracia, presente em outras épocas não tinha a mesma precisão na organização. Todavia, é importante salientar que toda essa organização racionalmente erigida, não tem outra função que não seja a de estar a serviço do estado, o que consequentemente leva ao atrito com a esfera religiosa. O estado cada vez mais entra em tensão com a esfera religiosa, quanto mais ele se racionaliza, e a consequência da racionalização do estado é que sempre mais se afaste da esfera religiosa, pois, as ações políticas do estado, as ações no âmbito da justiça e administração, têm por base unicamente as razões do estado:

O Sermão da Montanha diz: “Não resista ao mal”. Em oposição, o Estado declara: “*Deves ajudar o direito a triunfar pelo uso da força*, pois se assim não for também serás responsável pela injustiça”. Quando tal fator está ausente, o “Estado” também está ausente; o “anarquismo” do pacifista terá nascido então. Segundo esse pragmatismo inevitável de toda ação, a força e a ameaça de força alimentam necessariamente mais força. As “razões de Estado” seguem, assim, suas próprias leis internas e externas. (WEBER, 1982, p. 383).

Porque, acima de tudo, “O fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou modificar) a distribuição externa e interna de poder; em última análise, essa finalidade deve parecer insensata a qualquer religião universalista de salvação.” (WEBER, 1982, p. 383). Outra consequência desse processo de racionalização no estado é a despersonalização, pois o homem político², assim como o capitalista, age de maneira objetiva, sem que haja uma preocupação subjetiva. A aplicação de uma lei, por exemplo, dar-se-ia sem estar carregada de sentimentos como ódio ou amor, pois, o que importa é que se sigam as regras racionais do estado, como, por exemplo, regras de uma burocracia racional. A despersonalização ocorre também por causa da especialização burocrática, pois ela exige que cada funcionário cumpra uma função especializada, tendo um ofício que o separa da vida familiar,

² Segundo Weber, política é o conjunto de esforços que são realizados na tentativa de possuir participação no poder ou até mesmo influenciar a divisão do poder, e isso pode ocorrer entre Estados ou no dentro do âmbito de um único estado. Para um maior aprofundamento ver “Ciência e Política”, duas vocações. 1967-1968.

ou seja, da sua personalidade. Assim, cada indivíduo, portando conhecimento da lei e das suas atribuições, deveria seguir uma regulamentação que é estrita e impessoal.

Weber descreve o estado racional com mais ênfase quando fala do monopólio da violência. Para ele, “O estado é uma associação que pretende o monopólio do uso legítimo da violência, e não pode ser definido de outra forma.” (WEBER, 1982, p. 383). Seria válido para o estado, fazer uso da violência se por ventura enfrentasse inimigos externos ou internos, uma vez que a violência física para Weber é o meio específico do estado moderno.

Para o pensador alemão, a violência física foi um meio normal do poder, presente em todas as épocas. Contudo, no estado moderno há a reivindicação, por parte do estado, do monopólio da violência de forma legítima. Para Weber, isso caracteriza o estado moderno de forma singular. Não se concede a todos o direito de recorrer à violência, pois, ela é monopólio do estado, a não ser que o estado permita. Na ótica weberiana, o estado também pode ser entendido como uma associação política de seres humanos, que possuem expectativas de que os associados ajam segundo os regulamentos, o que leva a perceber mais uma vez o tema da despersonalização. A associação estatal possui, então, um regulamento racional, que se caracteriza por prever meios adequados para a realização dos fins a que se propõe. Porém, antes de se analisar essa regulamentação é preciso antes ressaltar o conceito de dominação devido a sua importância para a continuação da compreensão do assunto aqui tratado. Para Weber essas regulamentações, tais estatutos, são impostos por grupos, e para ele todo poder de imposição se baseia numa capacidade de influência específica, conhecida como *dominação*. Três são os tipos de dominação: a dominação tradicional, a dominação carismática e a dominação legal. A dominação tradicional se caracteriza por legitimar as ações, as ordens, na tradição, no costume. É uma dominação exercida em nome da tradição. Aqui não há uma associação, como no estado racional moderno, mas há indivíduos que são companheiros ou súditos de um senhor que possui o poder. Na dominação tradicional, a autoridade não está nas mãos de um superior, escolhido pelos habitantes do país, mas está ligado a um homem que é chamado ao poder em virtude de um costume, que pode ser a primogenitura, o mais antigo de uma família, etc:

A dominação “tradicional” é a que existe em virtude de crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes (...) Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição... (WEBER, 1995, p. 351).

O caráter desse tipo de dominação está baseado “... na crença cotidiana (...) das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade.” (WEBER, 1994, p.141). Aqui não há uma obediência a uma ordem legal instituída, mas sim a uma pessoa que foi delegada pela tradição. Assim, seguem-se as ordens mediante a tradição ou a vontade do soberano em interpretar a tradição. A dominação carismática se constitui por encontrar legitimidade na pessoa portadora de carisma, ou seja, obedece-se aquele que possui uma qualidade extraordinária. Assim, a dominação carismática constitui um tipo excepcional de poderio, pelo qual uma pessoa que parece dar provas de um poder sobrenatural, sobre-humano, exemplar, ou fora do comum, reúne em torno de si discípulos ou partidários. Essa dominação existe “... em virtude de devoção efetiva à pessoa do senhor e seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente, a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória; o sempre novo, o extracotidiano...” (WEBER, 1995, p. 354). O dominador carismático simplesmente cria ou anuncia novos mandamentos, baseando-se na revelação ou por sua vontade de organização. Porém, é na dominação legal que se encontra mais uma novidade do mundo moderno, racionalizado. Essa dominação encontra sua legitimidade em regulamentos que são estabelecidos de forma racional, na intenção de serem essas leis respeitadas pelos membros do estado:

Obedece-se à pessoa não em virtude do seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo quem e em que medida se deve obedecer. Aquele que manda também obedece a uma regra no momento em que emite uma ordem: obedece à “lei” ou a um “regulamento” de uma norma formalmente abstrata. (WEBER, 1995, p. 350).

O direito racional demonstra isso, uma vez que é ele que orienta os comportamentos e possibilita a fundamentação da obediência. O direito na

modernidade é um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas a casos concretos. Há o objetivo de zelar pelos interesses da associação, de forma racional, ou seja, sempre dentro dos limites da lei e não a partir da vontade de um soberano, uma vez que até mesmo ele precisa obedecer a lei própria do estado. O que se tem, então, é um afastamento dos velhos processos de julgamentos, que se caracterizavam pelo seu relacionamento com a tradição ou com pressupostos irracionais. Mas, é preciso ainda lembrar que os processos da aplicação das leis era preciso estar nas mãos de peritos, que fossem racionalmente treinados, o que significava uma especialização nas universidades, aprofundando-se no Direito Romano, fundamento do direito racional moderno. Pode-se, portanto, resumir o que Max Weber entende por estado, uma “... entidade política, com uma constituição racionalmente redigida, um direito racionalmente ordenado e uma administração orientada por regras racionais ou as leis, tudo administrado por funcionários treinados.” (WEBER, 2005, p. 9). Com isso, pode se perceber que, se por um lado o ser humano, através de um esforço racional, buscou se libertar dos “deuses” e demônios que antes pairavam na sociedade, por outro lado, ele fica preso numa obra de suas próprias mãos, obra que não requer qualquer intervenção divina, fica preso nas rígidas e impessoais instituições do seu mundo racionalizado.

A GUERRA DOS DEUSES

O ponto de chegada da humanidade é, portanto, um mundo desencantado, e acima de tudo racionalizado. Racionalização que se estende a todos os campos possíveis da vida, onde cada esfera passa a ser autônoma. Contudo, para Weber, essas mesmas esferas “... estão em conflito inconciliável entre si.” (WEBER, 1982, p. 174). E não somente em conflito com a esfera religiosa. Cada esfera passa a se defender a partir de princípios próprios, possuindo valores e interesses que irreversivelmente geram conflito entre as esferas de valor. E o que há é um confronto de valores múltiplos e fins últimos, regado pela impossibilidade de superação de um *antagonismo de valores*. Daí o pensador alemão usar a imagem da cultura helênica para falar do politeísmo de valores:

Vivemos como os antigos, quando o seu mundo ainda não havia sido desencantado de seus deuses e demônios, e apenas vivemos num sentido diferente. Tal como o homem helênico por vezes fazia sacrifícios a Afrodite e outras vezes a Apolo e, acima de tudo, como todos faziam sacrifícios aos deuses da cidade, assim fazemos nós, ainda hoje, tendo apenas a atitude do homem sido desencantada e despida de sua plasticidade mística, mas interiormente autêntica. (WEBER, 1982, p. 175).

Politeísmo de valores é uma metáfora que Weber usa para se referir à cultura moderna, fazendo referencia à cultura antiga. Portanto, assim como na antiguidade se oferecia sacrifícios aos deuses, na modernidade se busca servir aos valores pertencentes a cada esfera, cada qual buscando servir a justiça, a igualdade, o amor, etc. Com isso se pode conceber a esfera doméstica, a artística, a econômica, a política, sem qualquer dependência das fundamentações de valores religiosos. Porém, diante da escolha de um valor, tem-se a possibilidade de excluir outros. E aqui Max Weber se distancia de Marx quando este último supõe o comunismo como um ponto de chegada, como uma unificação da realidade. O que há para Weber é uma fragmentação da realidade. O ponto de chegada para ele não é uma conciliação das diferentes esferas, ao contrário, o que há é uma eterna guerra entre elas. Uma vez que, por exemplo, escolher os postulados da política moderna, no qual o estado usa da violência para se defender, conflita com a ética do sermão da montanha que chama de bem aventurados os pacificadores. O indivíduo está livre para escolher entre a ciência ou a fé, a verdade controlável ou a verdade revelada. Todavia, tudo o que faz não pode escapar de um insuperável conflito. “E o mesmo acontece em todas as ordens da vida.” (WEBER, 1982, p. 175). Os conflitos de valor se mostram também nas diferenças culturais, uma vez que a questão de saber sobre a superioridade da cultura francesa, sobre a alemã não poderia nunca chegar a uma resposta conclusivamente conciliadora. Aqui também os deuses, cada qual no seu campo de ataque, estariam travando sua guerra. E a ciência, que na modernidade se arroga ser a única possível de postular uma imagem de mundo, diante disso tudo, nada pode fazer. O que há é uma tensão entre os valores deste mundo, o que leva a viver num permanente estado de guerra. Nessa guerra politeísta, onde as ordens de vida são conflitantes e inconciliáveis, Weber diz existir deuses intramundanos, enfim, deuses desencantados, que se apresentam sob a forma de valores deste mundo, ou seja, os

valores mundanos se apresentam como deuses que lutam entre si. O que resta, na modernidade, é um politeísmo de valores, uma multiplicidade de crenças em múltiplos valores, onde o indivíduo pode compreender o que cada esfera de valor significa e fazer a sua escolha. Cabe a cada um escolher seu Deus e seu demônio.

CONCLUSÃO

Esta pequena pesquisa, cujo objetivo era o de aprofundar a reflexão que Max Weber faz acerca da racionalização, chega ao fim. Para tanto, foi necessário dar alguns passos no percurso pelo qual passou o processo de racionalização. Assim, tem-se o contexto religioso como ponto de partida, uma vez que é nele que se encontra, não de forma unilateral, a influência para o desenvolvimento da racionalização. Eis a sutileza de Weber: ele não busca deduzir toda a realidade sob um aspecto, mas a observa sob um aspecto, sem, porém, apresentá-lo como único. Assim, o homem moderno, mesmo que não perceba diretamente, recebeu o efeito dos conteúdos religiosos na conduta de sua vida. Daí dizer que a pesquisa perseguiu seu objetivo e o encontrou. Uma vez que a trajetória que se fez foi a de buscar compreender como o pensador alemão apresenta, que certa forma de religiosidade alimenta a racionalização de tipo ocidental, caracterizando a singularidade da civilização ocidental moderna, pois, racionalizações, como afirma Weber, sempre existiram, mas na modernidade ela recebe uma nova roupagem. Mas, para entender o presente foi preciso olhar para o passado e perceber que tal processo inicia quando, no pensamento religioso, acontece a desmagificação, ou seja, um despojamento do caráter puramente mágico, uma eliminação da magia como meio para a salvação. E não só isso, foi mais longe. Quando a salvação, acima de tudo para os protestantes, não necessita mais das mediações sacramentais, e também não é mais vista como uma ação mística, contemplativa, fora do mundo, mas é tida como ascese, a salvação que se dá no mundo, trabalhando. Portanto, a salvação foi concebida, não pelo fato de se retirar do mundo, como faziam os monges católicos, mas estando no mundo, aceitar a sua vocação, e isso acontece trabalhando de forma metódica e racional como demanda a ética protestante. Todavia, tal ação perde suas bases religiosas, e aquela racionalização que parecia acontecer somente no âmbito religioso, e depois na condução da vida em meio ao

trabalho, estende-se a todas as ordens da vida. A consequência disso foi que as esferas da vida passaram a ser dominadas pela razão.

No mundo moderno, não há mais a necessidade de recorrer a entidades metafísicas para dominar a realidade, isso é suprido pela razão e meios técnicos. A imagem metafísico-religiosa foi corroída. A consequência foi de que os valores supremos e sublimes se tornaram estranhos ao grande público. Portanto, as concepções religiosas cedem lugar a uma concepção mais racionalizada da vida. O resultado da racionalização, na sociedade moderna, levou as estruturas metafísicas para o reino do irracional, elas que antes tão cuidadosamente habitavam a realidade humana. O espírito racional cria uma autonomia das esferas da vida, de forma que os conjuntos das atividades sociais se libertam do domínio das tradições ou daquilo que se entendia como sagrado, transcendente, para se definirem em função de uma lógica própria onde impera a eficiência e o cálculo. O pensamento religioso despovoou, ou melhor, desencantou e unificou a imagem de mundo, libertando o mundo do caos em que vivia, num mundo carregado de entidades metafísicas, como era a imagem de mundo mágico. A racionalização, que tem a ciência como grande expoente, acabou por devolver a imagem de caos à realidade. O mundo volta a viver numa guerra de deuses. E se por um lado o sentido objetivo da realidade de um “Deus Uno” foi destituído, por outro lado, a racionalização concede que se volte a viver num caos de uma realidade fragmentada pela razão. Para Max Weber essa fragmentação da realidade, essa oposição de valores sendo inconciliável, assemelha-se a uma luta mortal e insuperável, comparável à que opõe ‘Deus’ e o ‘diabo’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COHN, G. **Weber**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. 3 ed. Lisboa: Presença, 1994.

INGRAM, D. **Habermas e a dialética da razão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

PIERUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do mundo**: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: 34, 2003.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**. Itajaí: Edifurb, 2002.

TEIXEIRA, F. (Org). **Sociologia da religião**: Enfoques teóricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

WEBER, M. A ciência como vocação: In: **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 154-183.

_____. A psicologia social das religiões mundiais: In: **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 309-346.

_____. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo: In: **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 347-370.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Pioneira. 2005.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: UnB, 1994. 1 vol.

_____. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 1 ed. Brasília: UnB, 1995. 2 vol.

_____. História geral da economia: In: **Ensaio de sociologia e outros escritos**. 1 ed. São Paulo: Editor Victor Civita, 1974.

_____. Rejeições religiosas do Mundo: In: **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 371-410.

_____. **Sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Presença, 1974.